

SISTEMA POLÍTICO
E SOCIEDADE GLOBAL EM PORTUGAL *

Conexões e conflitos

por
ANTÓNIO TEIXEIRA FERNANDES **

O sistema político, nas sociedades industriais avançadas, tem vindo a adquirir, de forma crescente, uma autonomia e uma especificidade próprias. O seu carácter de variável independente no processo de transformação económica e social é hoje reconhecido pela literatura sociológica, tanto a nível da investigação teórica como da pesquisa empírica. Não pretendemos, no entanto, analisar aqui os problemas que, a este nível, se levantam no que Claus Offe chama o «capitalismo maduro» ou «capitalismo tardio», mas considerar apenas as questões que se põem em Portugal, país da semiperiferia, recentemente reconhecido internacionalmente como integrando o grupo das nações industrializadas.

Ao amanhecer do dia 25 de Abril de 1974, a democracia surge radiosa no horizonte próximo da sociedade portuguesa. Para trás ficavam cerca de quarenta longos anos

* Conferência proferida em Pontevedra, em 10 de Nov. de 1989.

** Professor da Universidade do Porto.

de sombrio poder autoritário. A tal poder estavam associados a falta de uma opinião pública fundada numa informação suficientemente rigorosa e pluralista, a ausência de um espaço público onde os projectos individuais e sociais fossem discutidos e houvesse o confronto da diversidade de ideias e de ideais, a não existência de agrupamentos sociais e nomeadamente políticos que consubstanciassem essas ideias e corporalizassem esses projectos, numa palavra, o não reconhecimento de uma prática democrática em que, de acordo com a tradição e inspiração gregas, todos gozassem do direito ao uso do *logos* e da *praxis*. As vozes da diferença eram silenciadas no *agora* da sociedade portuguesa, os agrupamentos controlados e os movimentos necessários ao confronto da *palavra* apertadamente vigiados. Para a grande maioria da população, não era vida de sofrer, tivesse disso ou não consciência.

Se a liberdade apenas se realizava na prática da liberdade, a democracia somente se constitui num espaço público que não absorva ou destrua os espaços privados da vida das pessoas e dos grupos. A nóvel democracia que a «revolução dos cravos» havia instaurado, defronta-se, por isso, com problemas extremamente graves e debate-se, não raras vezes, com contradições de difícil superação.

A passagem de um regime autocrático a um regime democrático faz-se, de facto, no meio não só de convulsões, como ainda de profundas contradições, sociais e políticas, resultantes da estrutura social então vigente e da divergência dos projectos de sociedade em confronto. A acção tutelar dos militares agrava e, ao mesmo tempo, põe limites a essa situação. A implantação da democracia em Portugal procede de um compromisso *contra naturam* entre partidos e militares, expresso no Pacto MFA-Partidos, isto é, entre legitimidade revolucionária e legitimidade democrática, acabando por prevalecer a segunda sobre a primeira, ao ser superado aquele compromisso. É sinal claro desta situação contraditória a crescente radicalização da esquerda na

cena política, radicalização que conduz à tentativa de golpe de Estado de cariz totalitário em 11 de Março de 1975, e que se vem a repetir em 25 de Novembro do mesmo ano. A vitória sobre essa tentação autocrática produz uma viragem no processo político-militar e leva à inflexão do sentido da democracia. A entrada em vigor da Constituição de 1976 reforça a democratização do regime, embora a democratização plena venha a ocorrer apenas com a revisão constitucional de 1982, que faz regressar os militares aos quartéis e entrega o poder político à sociedade, permitindo, em 1986, a eleição do primeiro Presidente da República civil.

Além disso, o não desenvolvimento, em medida razoável, das forças produtivas, as profundas clivagens sociais, as assimetrias regionais, a falta de uma cultura política no âmbito da sociedade global e a carência de suficientes elites, vieram tornar-se as coordenadas principais responsáveis pela formação do espectro partidário actualmente existente, e pelas vicissitudes por que passou, desde há quinze anos, a sociedade portuguesa. O regime aparece ferido de instabilidade, por causa da falta da sedimentação das formações partidárias, da oposição dos sistemas de legitimação, da ineficácia governamental e da estagnação económica.

1. A democratização da vida política portuguesa passa pela institucionalização da representação parlamentar contra as forças revolucionárias de cariz vanguardista, mais desejosas de uma democracia directa ou popular, consagrada na lei fundamental através das comunidades de base. Mas do conjunto de partidos que actualmente existem em Portugal, apenas dois remontam, na sua formação, a uma data anterior ao 25 de Abril.

O Partido Comunista, nascido em 1921 na clandestinidade e nela conservado durante longos anos, implantada a democracia, teve sempre dificuldade em se adaptar à luz do dia. A sua estrutura e o seu funcionamento continuam

ainda pouco transparentes, mesmo no momento em que se manifestam ruínas na sua organização e dissidências na sua doutrina, e a sua ideologia, marcadamente estalinista, a custo se adapta às sucessivas mudanças e se abre às novas formas de vida associada e a outros modos de organização do poder político nas sociedades complexas. Os problemas internos deste partido, as suas contradições não resolvidas e as demarcações de alguns dos seus destacados dirigentes, são bem prova de uma ortodoxia que a ninguém ou a poucos satisfaz, pelo impedimento que traz à busca de outras vias de orientação e de outras soluções. Organizado para a luta clandestina, o seu rígido aparelho organizacional tem-se vindo a revelar como a maior dificuldade à mudança. Por sua vez, as suas certezas ideológicas de ontem aparecem como os maiores problemas de hoje. Por isso, tornou-se ele mesmo um foco de contradições internas, agravadas pelos ventos de democracia que correm de Leste e aí estão a fazer desabar as construções sociais comunistas.

O Partido Socialista, esse surge em tempos mais recentes, alguns anos antes da Revolução de 1974. Fundado em 1972 na República Federal Alemã, no exílio, com Mário Soares como seu primeiro secretário geral, aparece com um outro ideário político e toma outras formas de actuação. A sua estrutura organizacional é mais flexível, a sua inspiração doutrinária mais aberta, os seus procedimentos de actuação mais transparentes, assim como mais abrangentes os seus potenciais apoios sociais. Mostrando-se defensor de um socialismo democrático, foi indubitavelmente o partido que mais beneficiou da maré socialista que, nos alvares da actual democracia, parece ter dominado, pelo menos aparentemente, a sociedade portuguesa. Habituada a mentalidade geral a identificar tudo o que é esquerda com o socialismo e tendo-se apresentado a Revolução com um rosto socialista, compreende-se que este partido tenha obtido uma grande percentagem de votos e se haja constituído em partido dominante.

Por sua vez, o Partido Social Democrata aparece na cena política portuguesa pela mão de Francisco Sá Carneiro, em Maio de 1974, imediatamente após a «revolução dos cravos». Sendo os seus fundadores oriundos da ala reformista da anterior Assembleia Nacional, este partido serviu de catalizador à vontade de reformas que, em certas camadas sociais e nos sectores neoliberais, se vinha sentindo. Os seus leaders eram bem conhecidos de grande parte da população portuguesa, pelas atitudes corajosas que haviam tomado no Parlamento, em defesa das liberdades fundamentais e na crítica do regime. Se o Partido Socialista beneficiou da propaganda socialista que impregnou inicialmente a mentalidade geral, o Partido Popular Democrata, então assim designado, serviu de espaço político de enquadramento para todos aqueles que partilhavam ideologias que, no espector político, se estendiam do centro à direita. Por isso, as suas tensões internas são permanentes, resultantes da convergência de espaços sociais e ideológicos diferentes.

Finalmente, o Centro Democrata Social, constituído em Julho de 1974, sem qualquer figura de destaque no regime anterior que se tenha notabilizado a favor ou contra, aparece para a mentalidade geral e nomeadamente para a corrente dominante na época, como um partido de direita, considerado mesmo por muitos como reaccionário, por mais que se pretenda apresentar ao centro. Nas campanhas eleitorais que antecederam as primeiras eleições, foi, por isso, alvo de ataque por parte das forças políticas de esquerda e, em alguns casos, de descatos de rua. Foi neste partido que, desde início, se refugiou grande parte das esperanças da direita e dos homens da finança.

É importante sublinhar que a vitória revolucionária veio alterar profundamente as referências político-ideológicas. Por um lado, tornaram-se abundantes na sociedade portuguesa os democratas da última hora. Por outro, tanto a adesão partidária como a simples votação traduzem situa-

ções muito diferentes. Uns aderem e votam por convicção doutrinária, outros por cálculo racional, ditado pela conveniência de conservar tudo na mesma, no meio da confusão que então se instalara, enquanto outros ainda se limitam a obedecer à lógica do sistema que se desejava impor. Facilmente se encontravam, por isso, famílias em que membros votavam à esquerda e outros à direita, conservando-se ainda hoje, em alguns casos, pela mera inércia social, tal situação. Além disso, o entendimento do que é direita e do que é esquerda foi-se refazendo no decurso dos últimos quinze anos. Os que no final do regime anterior eram conatos de esquerda tornaram-se aderentes ou simpatizantes de formações partidárias que não se reclamam de tal ideologia. Operou-se, de facto, uma relativa mudança na configuração ideológica, com uma deslocação à esquerda no espaço político.

Nas primeiras eleições livres após o 25 de Abril, eleições de 1975 para a Assembleia Constituinte, os quatro partidos referidos obtiveram as seguintes percentagens de votos: PS 37,9%, PPD 26,4%, PCP 12,5% e CDS 7,6%.

Apareceu ainda uma quantidade enorme de pequenos partidos, representantes de interesses de grupos e expressões de ideologias diferentes, distribuídos num espaço que compreende a extrema esquerda e a extrema direita. Se alguns deles conseguiram assento na Assembleia da República, à excepção da UDP que manteve um deputado no Parlamento até 1983, foi através de coligações com algum dos quatro partidos referidos.

O espectro político que resultou das eleições de 1975 carece ainda de qualquer estabilidade. É antes a consequência de uma sociedade envolvida num processo revolucionário para o qual não tinha sido preparada e sujeita a uma carga ideológica que, por todos os meios, se desejava impor às populações. A adequação do peso de cada partido, em termos de percentagem de votos adquiridos, às situações diferenciadas da sociedade portuguesa, foi-se operando

depois progressivamente, logo a partir das eleições de 1976 para a Assembleia da República. Dão-se alterações quer em relação aos votos expressos, quer em relação à sua implantação no território nacional. Existem hoje algumas zonas privilegiadas de influência dos partidos. Estas alterações traduzem igualmente uma certa clarificação ideológica ou até mesmo uma relativa desideologização, e a perda do medo que se havia apoderado de alguns espíritos, sobretudo nas classes média e superior. Daí derivou, em dado momento, o aparecimento de um anticomunismo primário, responsável pela destruição, nomeadamente nas regiões do Norte, de muitas sedes do PCP e o início da estabilização política.

Dois partidos — o PS e o PSD — revelaram-se, desde início, dominantes na cena política portuguesa e ambos com vocação política maioritária. De 1975 a 1987, nenhum deles adquiriu, porém, a maioria absoluta. Os governos que estiveram à frente dos destinos do País (sem contar os efémeros governos de iniciativa presidencial) ou eram minoritários ou resultavam de coligações partidárias. O pluralismo tem caracterizado a política portuguesa. Mas tal situação, numa democracia ainda não consolidada, foi também a causa do agravamento da situação social e económica nacional, já anteriormente bem precária no concerto das nações europeias. Portugal, País de semiperiferia do sistema económico internacional, viu-se, nessa altura, confrontado com projectos sociais tão diversos como os que vão da democracia cristã, ao neoliberalismo, ao socialismo democrático, ao terceiro-mundismo e ao comunismo.

A maioria absoluta é, pela primeira vez, alcançada nas eleições de 1987. A estabilidade política é então consolidada com o aparecimento de governos de legislatura. Poderá, para isso, ter eventualmente contribuído a entrada no espaço político, em 1985, do PRD, ligado à figura do então Presidente da República, partido que veio a receber o apoio do eleitorado da esquerda, mas que entrou, de imediato, em

desintegração nas eleições seguintes de 1987. O PSD obteve então a maioria absoluta não só a nível nacional como na quase totalidade dos círculos eleitorais. O PS perde importância relativa e o PCP conserva a sua forte implantação em toda a região da reforma agrária e nas cinturas industriais de Lisboa e Porto. Estes centros urbanos continuam, no entanto, a apoiar o PSD e o PS.

2. Torna-se importante, a partir daqui, relacionar o espectro político com a constituição do tecido social.

A economia e a sociedade portuguesas desenvolveram-se de forma dual. O crescimento económico e o desenvolvimento social, quase nunca coerentes entre si, não atingiram a globalidade da sociedade portuguesa. Seria de esperar que, de tal situação, resultassem assimetrias nos sectores produtivos e entre as regiões, profundas diferenciações sociais, distâncias nas culturas e nos padrões de conduta, visões do mundo antagónicas, dando origem a uma sociedade dilacerada por conflitos e contradições. A opacidade criada na sociedade pela ideologia dominante no anterior regime impediu que esses conflitos e contradições se manifestassem e sobretudo eclodissem. A implantação da democracia veio alterar radicalmente este estado de coisas e tornar visíveis as fracturas da estrutura social.

As formações partidárias que, desde então, se desenvolveram na sociedade portuguesa traduzem e, em muitos casos, recobrem a sociedade civil. Esses conflitos e contradições resolvem-se em sede política mediante a pulverização partidária. Os quatro grandes partidos traduzem as grandes áreas de consenso ideológico existente. Dois deles — PSD e PS —, os partidos dominantes, têm uma forte implantação nacional. Os restantes — CDS e PCP — recebem apoio em áreas e sectores bem diferenciados. O primeiro está radicado sobretudo nas regiões do interior norte, de predominância rural e de cultura tradicionalista, e nos meios con-

servadores. O PCP, esse tem forte implantação onde existe um autêntico proletariado, industrial ou agrícola.

Os demais, em elevado número, são pequenos partidos. Sem nos envolvermos aqui na discussão sobre o que se deva entender por pequeno partido, pensamos que, para além das ideologias que afirmam e das sensibilidades políticas que revelam, se configuram essencialmente sob a forma de grupos de interesses e de grupos de pressão. São eles que manifestam melhor o puntilhado das situações de conflito, tanto nas bolsas de pobreza, de alienação e de marginalização, como nos domínios mais radicalmente conservadores. Nas últimas eleições para o Parlamento Europeu, alguns leaders desses pequenos partidos, como foi o caso de Francisco Louçã do PSR, chegaram a obter uma notável audiência através dos meios de comunicação social, ainda que não tenham elegido qualquer deputado.

O actual multipartidarismo, se é saudável do ponto de vista da prática democrática, é também revelador da descontinuidade do tecido social, isto é, da falta de integração da estrutura social. Manifesta, de facto, as profundas clivagens que atravessam a sociedade portuguesa.

A questão que, de imediato, se poderá levantar consiste em saber como se poderá vir a organizar o sistema político com o actual desenvolvimento económico e social. Algumas variáveis deverão ser controladas e vários fenómenos correlacionados.

Importará conhecer, antes de mais, a relação existente entre consciência de classe e filiação ou simpatia partidárias. Não há uma relação necessária, de causa a efeito, entre a pertença ou referência de classe e a votação num partido político. Os diversos autores reconhecem, no entanto, a existência de uma forte conexão entre as formações sociais e as formações políticas. Essa relação aparece, porém, mais manifesta e directa nos partidos comunista e socialista. A investigação que temos vindo a realizar levamos a crer que ela passa menos pelas situações de classe

do que pelas ideologias em conflito. Ora estas ideologias são elaborações espontâneas a partir de sistemas de relações sociais concretos que não recobrem a realidade da classe. Este fenómeno produz nos grandes partidos o aparecimento de sensibilidades e de tendências próprias e noutros casos o contexto para a constituição de pequenos partidos políticos. Se o desenvolvimento económico e social vier a operar-se na sociedade de forma global e integrada, desaparecerão as condições próprias à constituição de agrupamentos estanques e das suas respectivas ideologias em conflito ou até mesmo em contradição. O sistema político poderá tornar-se uma função do sistema social.

Sabemos, no entanto, que as sociedades, mais do que se produzirem, tendem a reproduzir as suas estruturas sociais. Sendo isto verdade, soará a utopia, a afirmação de que os sistemas políticos são uma função do sistema social. As sociedades da abundância, as sociedades pós-industriais, as sociedades da pós-escassez, as sociedades pós-modernas, enquanto sociedades da robótica, da informática e da telemática, segregam igualmente pobreza e produzem novas formas de diferenciação e de segregação sociais. Os estudos hoje realizados no âmbito das transformações operadas na actividade laboral apontam para situações em que a ciência e a tecnologia seriam criadoras de outras diferenciações sociais, ainda que não coincidentes com o que hoje se vai chamando classes sociais. Estas formas de descontinuidade social atravessariam as sociedades altamente desenvolvidas, dando origem eventualmente a ideologias próprias e a projectos societários distintos.

Na medida em que, além disso, as sociedades tendem a reproduzir-se, a acentuada melhoria das condições económicas e sociais, ainda que as esbatessem, não viriam a destruir as diferenciações sociais que alguma relação têm com as formações políticas. Mas mesmo que isso acontecesse, sabemos que as sociedades estão sujeitas à lógica da inércia. Se antes da implantação dos sistemas de par-

tidos, dominavam as *facções*, com o aparecimento daqueles e por causa da inércia social, será de esperar que o mesmo espírito de clubismo tenda a permanecer. Ainda quando operada a desradicalização política, os estudos sobre o comportamento eleitoral mostram que a classe operária continua a dar o seu apoio aos partidos de esquerda, mesmo quando se opera um aumento substancial dos seus réditos. A fidelidade dos trabalhadores qualificados ao seu partido, resultante de uma frequentemente forte identificação partidária, comprova a quebra da relação necessária entre as formações partidárias e as situações de classe. Em vários domínios sociais acontece que se mantêm os universos mentais e os padrões de conduta quando desaparecem as condições económicas e sociais que lhe deram origem.

Veio, aliás, a ser desmentido pela história o medo daqueles que temiam que, com a implantação do sufrágio universal e a passagem das *facções* aos *partidos*, viesse a sofrer a democracia. Os partidos políticos revelaram-se como os principais agentes de enquadramento político dos cidadãos e como o mais importante factor de estabilização do sistema político. Pela acção conjunta das forças políticas e do desenvolvimento económico e social, as democracias ocidentais têm conhecido uma relativa estabilidade, à excepção de algumas longas noites de ditadura e totalitarismo.

Uma certa tendência para a homogeneização que têm conhecido as sociedades modernas está longe, porém, de destruir a descontinuidade na estrutura social. Como já foi referido, as sociedades tendem a reproduzir as suas antigas situações sociais. No domínio político, por outro lado, e usando categorias filosóficas, poderá afirmar-se que uma certa lei dialéctica parece reger a história: a dialéctica do *Uno* e do *Múltiplo* e do *Mesmo* e do *Outro*. Esta dialéctica é tanto mais acentuada, quanto maior é também a extensão do *Outro* ou a concentração do *Uno*. Tendem a constituir-se poli-identidades face às alteridades existentes ou em formação.

Não obstante e para além desta dialéctica, é de prever que, pouco a pouco, se afirme a tendência para uma maior aproximação, pelo menos aparente, das condições económicas e sociais. Este fenómeno emergente na sociedade portuguesa, a verificar-se, conduzirá a uma relativa concentração dos votos em alguns partidos e à diminuição da actual pulverização partidária.

Os partidos procuram estabelecer relações, manifestas ou escondidas, com grupos de interesse e, desse modo, podem transformar-se em factores aglutinadores de diferentes projectos. Sobretudo aqueles que alimentam uma vocação maioritária buscam o alargamento do raio da sua atracção social, difundindo a sua ideologia entre as diversas camadas da população e abandonando a sua ligação directa a interesses específicos. Não é, então, somente o poder político que se autonomiza em relação à sociedade, são também os aparelhos partidários que evoluem na mesma direcção, mediante a actuação de políticas integradoras. A concorrência partidária não se faz no sentido da exploração de uma certa área do eleitorado, mas da colheita de votos nas mesmas camadas sociais. Sempre que isso acontece, perdem o seu carácter radical e totalizante e abrangem espaços sempre mais vastos do tecido social. O sistema político está sujeito, no seu processo de transformação, não só à sua lógica interna, com especial relevância para os actores institucionais, como ainda à dialéctica entre as aspirações colectivas e a capacidade que revelam as formações partidárias de lhes dar resposta.

Há que atender, na verdade, à relação existente entre a lógica sistémica e a acção colectiva mais ou menos plural. Os partidos políticos são a sede institucional em que se interconexam os actores do sistema político com os actores sociais portadores de reivindicações que surgem no interior da sociedade civil. Sofrem, por isso, as contradições de uma tal posição de charneira. Em tais condições,

as eleições tendem a valer, muitas vezes, mais por aquilo que negam do que por aquilo que afirmam.

A lógica do sistema político conduz ao enquadramento dos actores partidários e dos actores sociais, através da instituição de determinadas regras de jogo político. As formações políticas com diferentes estratégias e expressão de conflitos e antagonismos, respeitam, normalmente, essas regras, sob pena de serem consideradas antidemocráticas, qualquer que seja a sua orientação ideológica.

Não cremos, porém, que nos tempos mais próximos, as sociedades latinas do sul da Europa cheguem a um sistema de bipartidarismo, como é conhecido nos Estados Unidos da América e na Inglaterra. Actuaram aí outras razões históricas. O que poderá vir a acontecer será a constituição de dois partidos dominantes e, em situações conjunturais, de maioria. As profundas clivagens económicas na sociedade portuguesa e a falta de homogeneidade social e cultural podem impedir a implantação da bipolarização partidária. Numa sociedade assim dilacerada, o que mais se impõe é a democracia consensual, em que o exercício do poder esteja nas mãos de maiorias resultantes de uma coligação de partidos democráticos.

A tendência desenvolve-se, de facto, no sentido da constituição de um bipartidarismo imperfeito ou de um pluralismo mais ou menos polarizado, à medida que se extremam as ideologias. Situações deste género foram já ensaiadas a quando das coligações, em 1978, do Partido Socialista com o Centro Democrata Social (2.º governo constitucional) e, em 1980-83, do Partido Social Democrata com o Centro Democrata Social (6.º, 7.º e 8.º governos constitucionais), dando origem à Aliança Democrática. A formação do bloco central, em 1983-85, coligando o Partido Socialista com o Partido Social Democrata (9.º governo constitucional) explica-se por outros factores, nomeadamente a crise interna do PSD, após a morte de Francisco Sá Carneiro, e a necessidade de uma pacificação social e de

desenvolvimento económico em ordem à entrada na CEE. Esta poderá ser a configuração que, a médio prazo, virá a assumir a sociedade portuguesa.

Esta coligações governamentais são extremamente instáveis, porque têm que conter interesses sociais diferentes ou opostos, num estado de equilíbrio que é sempre precário. É difícil fazer convergir estratégias partidárias sem que se verifique contemporaneamente uma certa descaracterização dos partidos envolvidos. As alianças partidárias tornam oportunística e indefinível a política governamental.

Mas a orientação no movimento de democratização não deixa de ser acompanhada de certos riscos. Sem tradição democrática, o poder político em Portugal pode também ser tentado a não praticar a tolerância em relação às minorias e a degenerar em tirania das maiorias. Isso dependerá da cultura política dos actores partidários e dos padrões de conduta cívica dos cidadãos. A autocracia não desapareceu no horizonte político das sociedades europeias. Não é estranho a isso, em Portugal, o baixo grau de identificação da população com os partidos, atribuindo-se a estes pouco poder, a recusa de reconhecer ao Estado o monopólio da capacidade de decisão, e a não elevada consideração de que gozam os trabalhos parlamentares.

Processa-se, ao mesmo tempo, uma desradicalização ideológica e tende a implantar-se uma prática política pragmática. As grandes referências ideológicas, quando plurais, se desempenham a função de orientação e de catalização de esperanças e de expectativas, criam também sobressaltos ao exercício do poder. Tendem, por isso, a ser eliminadas apenas é obtida a maioria, qualquer que seja a via seguida.

Em todo este processo histórico, se alguma coisa há que pôr em causa é a redução da democracia a um mero procedimento para a eleição dos detentores do poder, esvaziando-a de todo o seu conteúdo substantivo e a manutenção da regra das maiorias como princípio das mesmas demo-

cracias. À democracia formal, opomos a democracia económica e social. Sem esta, aquela não terá verdadeiro conteúdo.

3. Mas há que considerar igualmente o movimento inverso: a capacidade do poder político intervir, como factor determinante, na formação das classes sociais, criando as condições necessárias à sua perpetuação. Do que acima foi dito poderá, na verdade, concluir-se que o aparelho estatal não é um mero instrumento de dominação nas mãos de uma dada classe social, mas reveste-se de uma relativa autonomia.

Uma forte corrente teórica na análise das classes sociais vai no sentido de lhes atribuir uma base económica. A doutrina marxiana e, na sua esteira, o marxismo entendem a economia como a «anatomia» da sociedade. O marxismo tem, além disso, uma concepção instrumentalista do Estado. Atribuindo a este um conteúdo de classe, transforma-o em instrumento da classe dominante. O funcionalismo e a actual análise sistémica tendem, ao contrário, a sobrevalorizar a avaliação subjectiva na elaboração de uma teoria das classes sociais, com o risco embora de resvalarem para uma mera teoria da diferenciação. É indiscutível que as classes constituem realidades com um fundamento material. Mas é igualmente verdade que são formações com visões do mundo próprias e, portanto, com específicos universos mentais e ideológicos. São, numa palavra, sistemas socioculturais. Nesta perspectiva, torna-se, por sua vez, mais fácil converter o Estado em variável independente em relação às formações sociais.

A teoria sociológica, neste domínio, tem considerado, em exclusivo um desses critérios ou, em alguns casos, procura associá-los. Parece-nos insustentável a teoria que torna as classes sociais uma mera função das relações de produção. São não só formações com base económica, mas igualmente realidades sociais. A visão meramente econo-

micista terá de explicar por que processo as formações económicas se transformam em realidades sociais. É óbvio que essa transmutação não se opera por intermédios estritamente materiais. Aliás, é através dos universos simbólicos, que cada classe elabora, que se cria e se desenvolve a consciência de classe que gera, em certas circunstâncias, o antagonismo de classe. O conceito de classe terá, conseqüentemente, que incluir também elementos simbólicos. Deverão, como exigência lógica, ser reinterpretadas, à luz das mudanças ocorridas na sociedade contemporânea que oferecem ao homem outros condicionamentos e outras ideologias, as noções marxianas de luta de classes e de falsa consciência.

A teoria sociológica tem prestado uma atenção menor ao poder político como factor e critério do desenvolvimento ou da destruição do sistema de classe. Esta questão reveste-se, no entanto, em nosso entender, de uma importância capital para a explicação da estrutura social nas sociedades contemporâneas. Que o Estado desempenha uma função importante na conservação ou na transformação das situações de classe e da desigualdade social têm-no procurado demonstrar alguns autores, situados em quadrantes teóricos muito diferentes, como Ralf Dahrendorf, James Burnham, T. Parsons, Frank Parkin e Claus Offe. Mas talvez a perspectiva que atribui ao Estado uma capacidade determinante no processo de estratificação social tenha sido desenvolvida por Max Weber e os neoweberianos. Tal posição parece, aliás, mais consentânea com a actual realidade social. Claus Offe, associando as visões marxiana e weberiana do Estado, afirma expressamente que «o recurso à análise marxiana do capitalismo contemporâneo não é capaz de explicar, nem sequer de ordenar teoricamente todos os fenómenos das formação 'tardo-capitalistas'»¹. Este sociólogo alemão, neomarxista distante da

¹ Claus Offe, *Lo Stato nel Capitalismo Maturo*, Milano, Estas Libri, 1979, p. 18.

marxiologia clássica, discípulo de J. Habermas, o principal herdeiro da Escola de Frankfurt, com profundas afinidades teóricas com a análise sistémica de Nikos Luhmann, ao atribuir ao Estado a capacidade de determinar a forma da estrutura social moderna mostra, em consequência também, que Karl Marx não faz mais parte da nossa contemporaneidade. Em seu entender, as sociedades ocidentais assistem a uma desactivação dos conflitos de classe, a uma parlamentarização da vida política e a um crescente controlo regulador da vida social por parte do Estado, através de subvenções e serviços sociais. Leituras de épocas passadas não servem sempre para analisar o devir das sociedades modernas complexas.

De acordo com esta análise, o sistema político moderno, fortemente centralizado, na medida em que programa o desenvolvimento económico, faz actuar políticas fiscais e de crédito, de educação e de emprego, e sustenta instituições assistenciais, tem também o poder de introduzir profundas mudanças no sistema de estratificação. No entender de Claus Offe, «elemento característico das estruturas capitalistas não é o *poder* de disposição legal da propriedade, mas o *modo* de disposição concreto e típico: é o programa institucionalizado que diz respeito à individualização das prioridades, das alternativas e dos critérios dominantes, a escolha de investimento e as suas consequências, na squais o poder de disposição se traduz concretamente»². Esta acção é operada através de uma rede capilarizada de estruturas e organizações. O sistema pode expandir os próprios limites por meio de procedimentos de auto-regulação e de auto-adaptação. O poder político, adquirindo um lugar preeminente, controla, cada vez mais, o rendimento das pessoas e, para além daquilo que pode ser adquirido individualmente, há toda uma gama de necessidades que somente encontram satisfação através de insti-

² Claus Offe, *o. c.*, pp. 18, 47, 53, 60, 61 e 98.

tuições estatais ou para-estatais. A categoria de «interesse dominante» das classes mais elevadas da sociedade perde, então, grande parte da sua relevância para a sociologia política. As novas formas de pauperismo da época actual não são as mesmas do período paleocapitalista. O que parece dominar hoje em dia não será o conflito global entre as classes, mas a disparidade entre o que Claus Offe chama «diversos âmbitos de vida» da experiência dos mesmos indivíduos. É a este nível que se situa actualmente o antagonismo social. O novo tipo de conflito social e político assume a forma de aliança social interclassista, em oposição ao velho modelo marxiano de antagonismo de classes. O pluralismo existente provoca a contensão de interesses e de exigências dentro de certos limites. Este facto constringe os diversos grupos a evitar a polarização política, para se salvaguardarem o pluralismo e o direito à diferença. A tese central de Claus Offe é então a seguinte: «O interesse comum de classe dominante exprime-se de modo mais completo naquelas categorias legislativas e administrativas do aparelho estatal, que *não* são promovidas por interesses expressos e, por isso, provenientes «do exterior», mas têm origem em *routines* e em estruturas formais próprias da organização estatal»³. Este autor alemão defende assim uma desmecanização do poder político, enquanto convertido em mero instrumento de classe, e sustenta uma relativa independência do aparelho estatal, tornando-o, desta forma, capaz de «integrar num interesse de classe unitário a pluralidade empírica dos interesses singulares». Não se pretende, com isso, afirmar que o Estado tenha deixado de aplicar mecanismos e filtros selec-

³ Claus Offe, *o. c.*, pp. 129, 133, 135, 136 e 145. Nicos Poulantzas considera igualdade a autonomia relativa ao poder político e analisa as relações existentes entre o Estado e as classes sociais através do conceito de «bloco no poder». *Poder Político e Classes Sociais*, Porto, Portucalense Editora, 1971, I, pp. 57, 114 e 166-167; II, pp. 9, 12, 60, 73 e 78.

tivos, como sejam a estrutura existente, a capacidade de decisão, a ideologia e os meios de repressão. Quer-se dizer que a sua dominação é tanto maior quanto menos se manifesta. Daí resulta a invisibilidade do carácter de classe do Estado moderno, expressa na sua aparente neutralidade e conseqüente dissimulação.

Em tal situação, o sistema de estratificação é facilmente manipulado pelas organizações políticas. As políticas desenvolvidas pelo Estado transformam-se facilmente, de facto, em instrumento que impede a eclosão dos conflitos de classe e serve à ocultação das contradições inerentes às sociedades ocidentais, encobrendo a natureza do Estado capitalista mediante diversas simbologias. São conhecidos os mecanismos que os governos de esquerda e socialistas introduzem para melhorar as condições de vida dos mais desprotegidos e para desapossar o poder económico e político das classes favorecidas. Os governos de orientação capitalista, para além de recorrerem, por vezes, a processos idênticos, fazem sobretudo actuar a mobilidade social, transformando-a em válvula de segurança do sistema político⁴. Mediante tentativas de igualização social, promovem a mobilidade ascendente que torna mais estáveis os regimes e conserva tudo na mesma. Sabe-se que é o grau de mobilidade descendente o índice mais significativo da abertura da estrutura social. A mobilidade ascendente indicia mais a mudança aparente do que a real.

É verdade que nas sociedades em que domina a lei do mercado, a classe dominante não tem necessidade de intervir de forma directa e positiva. É sobretudo no sistema socialista que a distribuição dos níveis de posse é feita essencialmente pelo poder político. Num caso, a fonte das desigualdades é principalmente económica; no outro é mais política. Mas nas sociedades modernas mesmo capitalistas,

⁴ Frank Parkin, *Disuguaglianza di Classe e Ordinamento Politico*, Torino, Einaudi, 1976, pp. 53, 117, 118, 121, 197, 212 e 213.

a desigualdade é também produzida por medidas governamentais que podem alterar a estrutura de classes. Esta situação nova confere ao Estado a capacidade de adequar aos seus objectivos o sistema de classes, mediante a aceleração ou a contensão da mobilidade social.

Esta orientação teórica que transforma o poder em base da desigualdade social levanta alguns problemas de não fácil solução, como o da sua distribuição e do seu fundamento no interior da sociedade, mas fornece também uma via de aproximação da realidade. Tentando transpor esta perspectiva teórica, que se revela igualmente tributária da análise compreensiva weberiana, para a situação portuguesa, entendemos que ela nos pode oferecer um modelo para a explicação de alguns dos seus fenómenos sociais.

A democracia portuguesa, não obstante as suas vicissitudes próprias, procurou introduzir na sociedade uma maior igualdade e realizar uma relativa justiça social. Mas a democracia coexiste também com uma crescente concentração do poder. Quer o governo seja socialista, quer seja social-democrata (convertíveis na maioria das sociedades, mas distintos em Portugal) tem tendido sempre para uma maior concentração. Face à situação económica extremamente grave vivida em Portugal após o 25 de Abril, o próprio governo socialista se viu na necessidade de dar prioridade ao crescimento económico em detrimento da igualização social. Entretanto, havia-se conseguido uma maior aproximação dos níveis salariais e este facto, se não era factor de estabilidade laboral e social, servia não raro os intuítos dissimuladores do discurso do aparelho do Estado. Não havia nem vontade nem coragem políticas para se proceder às reformas estruturais da economia, necessárias ao desenvolvimento do País. Nem sequer as organizações empresariais possuíam a confiança indispensável à realização de empreendimentos que envolviam altos riscos. Não se tinha operado ainda uma decantação de toda a agitação

ideológica que acompanhou a implantação da democracia. As lutas salariais, agravadas pelo crescimento da inflação, apresentam sempre um carácter tanto económico como político, não raro mesmo com predomínio desta última dimensão.

Tal situação tornava-se favorável à transformação do poder político em factor determinante da própria estrutura social. A estabilização dos rendimentos nominais e a subida da inflação criavam dificuldades às classes médias, onde largas camadas da população ficaram sujeitas à erosão e, em muitos casos, a uma proletarização. Era assim atingido um sector importante do sistema social, que se tornava indispensável à consolidação da democracia. É certo que o governo procurava, consciente ou inconscientemente, obviar essa tendência, mediante a reforma do sistema escolar. Além da política salarial, este é um outro instrumento importante, nas mãos do Estado, para intervir no processo de constituição ou de transformação da estrutura social. Mas, numa sociedade onde não existem os mesmos ensejos no acesso à Escola, a democratização do ensino torna-se mais gravosa para as classes inferiores e nomeadamente para as classes médias, aquelas que mais o procuram e que acabam por contribuir mais fortemente, em termos relativos, para o financiamento do sistema educacional, por não poderem fugir ao fisco, uma vez que os seus réditos dependem exclusiva ou quase exclusivamente da actividade laboral.

Obtida, através das eleições legislativas de 1987, uma maioria absoluta na Assembleia da República, o PSD viu criadas as condições para assegurar um governo de legislatura. Um vez dominado o aparelho de Estado, este partido vem reforçar a tendência que levava a tornar o poder político factor susceptível de exercer uma real influência no sistema de classes. A sua ideologia neoliberal, de um Estado mais concentrado mas menos extensivo à realidade económica, e a sua luta contra não só o Estado-empresa

mas também o Estado-providência, orienta-o no sentido de uma crescente desresponsabilização no apoio ao serviço de segurança social. Promove a concorrência entre instituições privadas e públicas, nas áreas da educação, da saúde, da segurança social e da economia, oferecendo incentivos ao sector privado. Mas o instrumento mais apropriado que o governo encontra, *volente nolente*, para intervir no sistema social foi o sistema fiscal. Mediante um alargamento e crescimento dos impostos, atinge fortemente as classes médias, ao mesmo tempo que proporciona as condições de infraestrutura favoráveis à iniciativa privada mais confiante e uma maior segurança da «classe» empresarial.

A classe média, em geral ambivalente (servindo, em determinados momentos, de apoio essencial à democracia e, noutros, de sustento de governos autocráticos), viu-se durante estes últimos anos sujeita a processos tanto de desenvolvimento como de retraimento. Se não é necessária à estabilidade democrática, pelo menos as principais sociedades democráticas do mundo ocidental fundam-se numa, cada vez mais alargada, classe média. Enquanto mediante a reforma do sistema escolar, o poder político em Portugal promove o seu crescimento, através da política salarial e fiscal, contém o seu alargamento. As contradições dos sistemas ideológico e político acabam por ter os seus reflexos no tecido social. Na democracia portuguesa, a liberdade encontra-se ainda enleada nas suas contradições.

Daí pode ser extraída uma conclusão importante para a análise do poder político. A destruição, voluntária ou como efeito perverso, das classes médias pelo poder político poderá pôr em causa a bipolarização acima referida. Pelo menos, condiciona decisivamente a forma de bipolarização que se venha a estabelecer. A ter fundamento esta análise, a configuração do sistema partidário e a estabilidade governamental têm muito a ver com a forma como se venha a processar o crescimento económico e o desenvolvimento social.

4. Outros factores poderão vir ainda a contribuir para a complexificação do poder político em Portugal

A vontade e a tendência para a descentralização não têm passado histórico na sociedade portuguesa. A constituição de províncias resultou de exigências essencialmente administrativas. O mesmo se poderá dizer dos distritos. O que tem grande tradição é o poder autárquico. Desde a Idade Média, foi a principal instituição civil capaz de contrariar a vocação centralizadora do Estado.

A constituição portuguesa de 1976 veio consagrar o poder local. Nessa base, algumas leis aprovadas no início da década de 1980, contribuem para consolidar o municipalismo. Desejando defender os seus interesses comuns, em algumas regiões, essas autarquias associaram-se, acabando por constituir uma confederação nacional, que se tem manifestado, em tempos recentes, reivindicativa em relação ao poder central. Cometendo aos Municípios a função de desenvolvimento económico e social e recebendo por disposição legal verbas relativamente consideráveis contempladas no Orçamento Geral do Estado, para promoverem esse desenvolvimento, os gestores autárquicos conheceram, nos últimos tempos, um aumento de importância e de prestígio. Poderá esperar-se que os partidos deixem de ser as principais instituições e actores políticos que asseguram o pluralismo e a prática democrática.

Por outro lado, se as eleições legislativas têm uma dimensão nacional, com a possibilidade de um deputado ser escolhido por um distrito ou círculo de que não é originário e de que, muitas vezes, desconhece os problemas, nas eleições para o poder local, atende-se muito à personalidade que é sujeita a sufrágio. Os partidos políticos, com excepção talvez das cidades de Lisboa e Porto, entregam, em grande parte, esse problema de escolha às respectivas comissões distritais.

A alteração mais profunda que se verificou, neste particular, ultimamente, como está a acontecer neste momento

em relação às eleições autárquicas, é o envolvimento dos próprios secretários de partido, como por exemplo do PS e do PRD, nas candidaturas à Câmara de Lisboa.

Este fenómeno novo em Portugal é revelador de algumas questões inéditas postas a nível do sistema político. Por um lado, traduz a importância crescente do poder local, sobretudo em algumas cidades. Existe a percepção de que o futuro do desenvolvimento económico-social passará, cada vez mais, na sua medida própria, pelas Câmaras Municipais. Além disso, alguns aparelhos partidários, ainda que se assista a uma crescente personalização da liderança política, para além da carência de figuras altamente carismáticas, deparam com a falta de quadros dotados de suficiente prestígio. Os chefes partidários não dispõem de um número bastante de generais na luta que travam pela posse do poder. A eleição para alguns municípios aparece ainda, para certos partidos, como uma estratégia importante para as próximas eleições legislativas e como meio de afirmação de alguns leaders. Em consequência disso, os partidos políticos procuram adequar a sua acção à nova configuração de forças entre o aparelho governamental e outras sedes de poder. A oposição entre democracia representativa e democracia directa ou popular passa, então, pela afirmação do poder autárquico, instrumento hoje mais adequado à instauração de uma democracia participativa, prevendo-se que, a curto prazo, leve simultaneamente à despartidarização destas eleições.

Têm-se vindo igualmente a desenvolver nas sociedades democráticas e, por isso, também em Portugal, formas de neocorporativismo que progressivamente associam ao poder governamental os parceiros sociais. Essas novas feudalidades intervêm cada vez mais nas decisões económicas e sociais a nível nacional. Os chamados «conselhos de concertação social», passam, deste modo, embora se lhes peça uma participação dependente, a desempenhar uma função

de capital importância na definição e actuação de políticas económicas e sociais.

Trata-se de situações novas de distribuição do poder em Portugal, que conduzem a uma alteração da sua configuração. Se estas tendências emergentes se afirmam e se consolidam, serão de esperar consequências mais ou menos previsíveis para o sistema político, com particular incidência nas formas de coexistência desses diversos centros de poder.

Antes de mais, poderá vir a gerar-se uma situação de directa confrontação entre aquelas diversas instâncias. Se não existir um quadro jurídico suficientemente preciso na delimitação das esferas de acção entre o poder central e o poder local criam-se situações endémicas de conflitualidade. Não será de excluir o aparecimento de poderes periféricos demasiado autocráticos, assim como poderão agravar-se as assimetrias regionais, no que se refere ao desenvolvimento económico e social, se o poder central não assumir as suas funções de impulsionador e de coordenador, embora ao abrigo de todas as tutelas desnecessárias.

A institucionalização dos «conselhos de concertação social» poderá, por outro lado, vir a esvaziar algumas das atribuições que são, por direito, cometidas à Assembleia da República. Esta corporativização do sistema político corre o risco de converter esta instância em lugar central de resolução das principais questões que afectam o País. Ora, apaziguada a vida social, facilmente se cai na apatia política, sabido como é que, nas sociedades democráticas do Ocidente, os maiores problemas governamentais têm origem na politização das esferas económica, social ou cultural.

Em consequência do que acabámos de demonstrar, a figura do deputado entrará em crescente diminuição relativa de importância na cena política. Os partidos perdem o seu carácter mediático entre o sistema político e a sociedade civil, em proveito dos sindicatos e demais grupos de pressão. Se o poder local se desenvolve e lhe são devolvidas

capacidades jurídicas, financeiras e técnicas capazes de contrabalançar a tendência para a demasiada tutela do aparelho de Estado, e se se assistia à valorização das instituições detentoras do poder económico e social, ao Parlamento restarão apenas duas funções principais. Por um lado, continuará a desempenhar o papel de instituição *pivot* no processo de constituição ou de reconstituição do poder democrático. Enquanto existir o sufrágio universal e enquanto a lei das maiorias se mantiver como princípio das democracias formais, os Parlamentos, como sede da representação democrática oposta à representação funcional do neocorporativismo, serão o resultado do processo eleitoral e o ponto de partida para a formação dos governos. Por outro lado, a Assembleia da República, a confirmarem-se estas tendências, poderá vir a converter-se na sede de elaboração técnica das leis e em teatro público da confrontação das ideologias. A valorização da capacidade económica e social dos «conselhos de concertação social» e a solução, nesses mesmos conselhos, dos conflitos reais que explodem a cada momento na sociedade, tenderão a tornar a Assembleia da República em *ágora* moderno do conflito das visões do mundo, das ideologias e dos projectos societais concertados ou antagónicos, dado em espectáculo através dos meios de comunicação social.

Convirá ter presente, no entanto, que em Portugal existe uma relativa autonomia da Assembleia da República em relação ao Governo, maior, pelo menos, do que a maior parte das democracias europeias. É no Parlamento que os partidos, os principais actores no processo de consolidação da democracia, encontram o seu lugar privilegiado de actuação, sendo nele que se confrontam as suas ideologias, se travam as suas lutas, se opõem os seus projectos e se exprimem os conflitos que atravessam a sociedade. Mas estas diversas crispações encontram também uma solução encenada e ritualizada. Dá-se assim uma parlamentarização dos partidos, orientando-os no sentido da actuação

na Assembleia da República e, conseqüentemente, uma parlamentarização do sistema político. Com esta hipertrofia partidária, os grupos parlamentares limitam-se, por vezes, a prolongar os aparelhos partidários. O deputado carece de total liberdade e independência, no sistema político português. O critério de referência é o partido e não o Parlamento.

Esta partidocracia não só põe em causa a soberania popular como subverte a representação democrática. A ideia da soberania popular e da regra democrática da maioria tende a desaparecer, ou a converter-se em mero mecanismo, cedendo o lugar a uma poliarquia, enquanto governo de múltiplas minorias em coligação ou em competição conflitual⁵. Quem legitima o Parlamento são sobretudo os partidos, representando os deputados mais os aparelhos partidários do que os cidadãos, ainda que no discurso político da guerrilha parlamentar, quando se pretende contestar um partido maioritário ou uma coligação, se apele para a sua falta de apoio popular. Há uma instrumentalização do sufrágio universal, e uma ideologização da função legitimadora das maiorias, a favor ou contra os partidos. Nas sociedades modernas, a função legitimadora das maiorias tornou-se, na verdade, problemática, assumindo uma função essencialmente ideológica, uma vez transformada em fonte suprema da legitimação democrática. Tal partidocracia tende a conferir às formações partidárias, ao menos em princípio, a palavra decisiva na condução dos negócios públicos e poderá, em certas circunstâncias, tornar a democracia mais estável.

Mas enquanto a Assembleia da República não for capaz de oferecer contributos independentes à política nacional, a democracia não será eficaz e estável, porque deixará os governos actuar sem o seu acordo. Os deputados readqui-

⁵ Robert A. Dahl, *A Preface to Democratic Theory*, Chicago, University of Chicago Press, 1956.

rirão poder somente quando tiverem a possibilidade de agir independentemente do partido que os faz eleger. Apenas então a Assembleia da República poderá desempenhar o seu próprio papel.

5. Como resultado de todas estas transformações, é posta em causa a doutrina elaborada desde John Locke, J.-J. Rousseau e sobretudo Montesquieu sobre a distribuição dos poderes. Este processo dialéctico de concentração cada vez maior do poder no aparelho de Estado e de reivindicação crescente do poder local exigirá um reforço da capacidade de imaginação criadora, de forma que sejam encontrados as formas e os mecanismos de regulação e de auto-regulação do sistema político, que continuamente se complexifica. Se isso não se conseguir, a distribuição do poder no interior da sociedade global tenderá a constituir-se no principal foco de conflitualidade.

Sujeita a revisão deverá ser também a própria prática democrática. Uma longa e forte tradição, de inspiração sobretudo jurídica, vem reduzindo a democracia essencialmente a um puro método. No domínio da sociologia, J. Schumpeter aparece indubitavelmente como figura proeminente na defesa de uma tal teoria. Vários têm sido depois os autores, como J. F. S. Ross, Hans Kelsen, S. M. Lipset e Norberto Bobbio, que mantêm e defendem esta orientação. Em nosso entender, há que conferir à democracia um verdadeiro conteúdo, ainda que sem destruir a sua necessária, mas apenas suficiente, formalidade ou carácter procedimental. É indispensável que a democracia seja também um ideal, que afirme, entre outras coisas, a dignidade da pessoa humana, os valores da liberdade e de igualdade, o pluralismo e a tolerância e penetre o tecido social e a actividade económica. Um dos males de que sofrem as sociedades actuais é o da carência de ideais suficientemente elevados que sejam capazes de catalizar as aspirações e as capacidades de acção dos homens que não se deixam cair na

apatia social e política e que pensam, pela sua natureza e dignidade, que a vida e a sociedade têm um sentido. As sociedades que são incapazes de despertar ideais elevados, já não vivem do passado, nem sequer se projectam no futuro, apenas se conservam em processo de decomposição. As sociedades de hoje precisam de novas utopias que introduzam um ar renovado no seu interior e as impeçam de morrer.

Se se quiser que a democracia seja um ideal, é preciso que ela adquira um verdadeiro conteúdo substantivo, impedindo que se reduza a um mero procedimento para o povoamento dos espaços ocasionalmente vazios do poder. Ora, ela não se tornará substantiva, se não contiver um ideal de igualdade humana e não for também a forma privilegiada para o despertar da acção espontânea e o lugar do diálogo colectivo em liberdade. Esta democracia substantiva será o meio adequado para a desalienação das sociedades actuais. O mal que aflige o mundo de hoje não será por certo a demasiada exploração económica, mas a crescente alienação social e cultural. Que a democracia seja então um instrumento de desalienação social, de criação de cultura e de desenvolvimento de projectos individuais e colectivos.

Mas para que esta democracia não soe a mera utopia, terá de se enraizar na sociedade como prática inerente ao próprio tecido social. Opomos, conseqüentemente, ou, ao menos, propomos um igual desenvolvimento da democracia económica e social e da democracia formal. A democracia pluralista constitui um verdadeiro sistema de igualdade política, somente quando os actores sociais gozam de uma situação económica e social relativamente aproximada. A história prova que as regras da democracia clássica não asseguram a todos a igualdade política. Existe aqui um autêntico círculo vicioso: se não há igualdade económica e social, não se realiza a democracia plena; e se não se promove esta, aquela também não se alcança. Conferir

iguais direitos políticos em situação de profundas desigualdades económicas e sociais contribui para se atribuir maiores recursos a alguns na defesa dos seus interesses próprios. Não se pode dar um tratamento igual a situações desiguais.

Não somos, no entanto, defensores de um igualitarismo ingénuo, mas de uma efectiva justiça social a partir da qual se possa criar uma autêntica vida democrática. Reconhecemos a igualdade na diferença. Somos também, por isso, a favor das minorias no quadro do sistema social, quer elas se implantem no domínio geográfico, quer se recortem em âmbitos sociais mais vastos da sociedade. Não pode, de facto, haver democracia se não for afirmado o direito à diferença.

O governo da maioria e a tendência para a bipolarização política apenas se desenvolvem, de facto, nas sociedades onde existe uma relativa homogeneidade económica e social. Não se verificando esta condição, aumenta a crispação social e a acentuação das divergências, dando origem a formações partidárias defensoras de interesses antagónicos. A democracia maioritária tornar-se-á aqui não só mais difícil, como ainda de cariz autocrático. Por outro lado, o isolamento das minorias e a recusa da sua participação favorecem uma vontade de desrespeito pelas regras políticas, promovendo a confrontação e obstaculando a prática democrática. Estas sociedades necessitam de formas institucionalizadas que criem o consenso e procurem a concertação social, mas ao abrigo de todas as participações dependentes que apenas dão a ilusão da democracia. Quando existe homogeneidade, a polarização partidária centra-se à volta de questões essencialmente económicas. Para usar a terminologia de Robert Dahl, o «modelo consensual» coaduna-se melhor com a sociedade portuguesa, pluralista, onde dominam diversas poliarquias, do que o «modelo maioritário» que pressupõe uma homogeneidade relativa.

O estudo da relação entre o sistema político e a sociedade global, deveria ser ainda completado com a análise das alterações possíveis ou em curso, resultantes da integração na Comunidade Económica Europeia. A sociedade portuguesa está sujeita a profundas mudanças. Nesta situação, haveria que considerar os problemas estruturais, a capacidade e o dinamismo dos actuais agentes económicos e as políticas desenvolvimentistas que venham a ser promovidas pelo Estado. Saber se se conseguirá uma plena integração económica e social, ou se Portugal, mantendo o mesmo atraso relativo, ainda que se verifique um rápido crescimento económico, se conservará na periferia do sistema europeu, é tentar conhecer que configuração assumirá, nos próximos anos, a sociedade. Essa configuração dependerá fundamentalmente das políticas implementadas pelo governo e do empenhamento dos empresários. Uma coisa, no entanto, é participar, outra fazer parte.

6. Se a demonstração que temos vindo a fazer até este momento tem suficiente fundamentação, a análise das relações entre política e sociedade terá obrigatoriamente de integrar as conexões entre o aparelho de Estado e os conflitos e os movimentos com origem nos antagonismos de classe, as diversas formas de dominação social, as assimetrias regionais, o crescimento do homem e o desenvolvimento correlativo da sociedade. Foi o que tentámos mostrar ao longo desta exposição. Será ainda necessário conhecer o tipo e a estrutura das instituições políticas, a lógica que lhes é própria e a capacidade que possuem de enquadramento de toda a acção política, além dos objectivos e das estratégias dos actores políticos. Estas são questões que explicitamente procurámos também explorar.

Gostaríamos apenas de afirmar, para terminarmos, que todo o problema sério na sociedade é essencialmente político, na sua significação etimológica de *polis* grega. Se assim é, reveste-se de capital importância a análise das relações

entre a política e a sociedade. Se todo o problema sério na sociedade tende a tornar-se político, sem pretendermos diminuir a autonomia deste, antes a querendo sublinhar, ele é, então, simultaneamente tributário das relações próprias do tecido social e factor determinante da sua constituição. A autonomia vem-lhe do facto de que, uma vez formado o sistema político, desenvolve uma lógica interna apoiada por formas estruturais e ideológicas.